

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 224/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 109/2024

No **dia 15 de abril de 2024**, no MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, registram- se o(s) preço(s) da empresa **DNA MED BRASIL LTDA**, com sede na rua Nove de Julho nº 1206, sala 02 – São Carlos – SP, CEP. 13.560-042, email: cadastro@dnamed-brasil.com.br, Tel.: (11) 98718-0605, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº **41.665.545/0001-02**, neste ato representada pela **Sra. FRANCIVANIA HONORIO DE SOUZA**, portador do documento de identidade n.º 42.909.873, órgão expedidor SSP-SP, CPF nº 293.559.268-98, para AQUISIÇÃO, sob demanda, de **TIRAS DE GLICEMIA, LANCETAS E SERINGAS** para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 12 (doze) meses, decorrente da realização do Pregão Eletrônico nº **224/2023**. As especificações técnicas constantes no **Processo Administrativo nº 16.613/2023**, assim como os termos da Proposta Comercial – Anexo III, e demais Anexos do Edital de licitação, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	PREÇO	
					UNITÁRIO	TOTAL
3	Lancetas em aço inoxidável, estéril, descartável, retrátil, automática, para coleta de sangue capilar por punção digital, de uso único, calibre de 28G, profundidade de 0,36MM x 1,4 MM ou 1,5MM, coberto por capa protetora em conformidade com NR 32 A ISO 13485, impedindo acidentes e a reutilização, sem necessidade de usar caneta lancetadora.	UNIQMED	UN	1.336.200	R\$ 0,08	R\$ 106.896,00
TOTAL REGISTRADO						R\$ 106.896,00

1 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

2 DO PRAZO DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados da

publicação do extrato da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada nos termos do art. 15, §3º, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993.

3 DO LOCAL DE ENTREGA

3.1 - A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto, de acordo com a solicitação das Unidades Requisitantes, nos endereços e horários arrolados abaixo:

3.1.1 - Almoxarifado Central: **Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80 – Bl 12 – Galpão 202 – Centro – Nova Friburgo/RJ – De segunda a quinta-feira, das 09:00h às 16:00h.**

4 PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 - As unidades requisitantes entrarão em contato diretamente com a Contratada, para que esta realize a entrega dos produtos, conforme demanda de cada unidade, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a solicitação;

4.2 - A entrega deverá ser realizada nos horários e local descritos no subitem 3.1.1., do Termo de Referência;

4.3 - A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto do Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

4.4 - Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados;

4.5 - A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

4.5.1 - Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade de 24 meses, aos itens aplicáveis;

4.5.2 - Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

4.5.3 - Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com o Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5 RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 - Os bens serão recebidos:

5.1.1 - Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;

5.1.2 - Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório;

5.2 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

6 CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

6.2 - O cancelamento do seu registro poderá ser:

6.2.1 - A pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

6.2.2 - Por iniciativa do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO:

6.2.2.1 - Quando o fornecedor registrado:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) descumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;

d) não retirar a nota de empenho, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, sem justificativa aceitável;

6.2.2.2 - Pela superveniência de razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

6.2.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

7 CADASTRO DE RESERVA

7.1 - Não houve participantes do procedimento licitatório interessados no Cadastro de

Reserva.

8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a contratada que:

8.1.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

8.1.2 - Apresentar documentação falsa;

8.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

8.1.4 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.1.5 - Não manter a proposta;

8.1.6 - Cometer fraude fiscal;

8.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo;

8.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

8.3 - Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

8.3.1 - Advertência;

8.3.2 - Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

8.3.3 - Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

8.3.4 - Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

8.3.5 - Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

8.3.6 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.3.7- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

8.3.8- As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

8.3.9 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

8.3.10 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Caberá à Contratante:

9.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com edital e seus anexos, Termo de Referência as cláusulas contratuais;

9.1.2 - Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.1.3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.1.5 - Efetuar o pagamento no prazo previsto;

9.1.6 - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

9.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 - Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;
- 10.2 - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.1 a 10.1.6;
- 10.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);
- 10.4 - O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;
- 10.5 - Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 10.6 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 10.7 - Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação;
- 10.8 - Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.9 - Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.10 - Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993;
- 10.11 - A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada

e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

10.12 - A empresa vencedora do item 1 (um), deverá doar 2.224 (dois mil duzentos e vinte e quatro) aparelhos glicosímetro: 648 (seiscentos e quarenta e oito) aparelhos glicosímetro para o Hospital Municipal Raul Sertão, e 1.576 (um mil quinhentos e setenta e seis) aparelhos glicosímetro para Subsecretaria de Atenção Básica. Os aparelhos deverão ser entregues no primeiro pedido independente do número de tiras solicitadas.

11 INSTRUMENTO DE AJUSTE

11.1 - A licitante vencedora será convocada para retirada da Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e/ou a celebração do contrato, nos termos da minuta constante do ANEXO VI deste Edital, conforme o caso.

11.2 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

11.3 - A licitante vencedora ficará obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal.

11.4 - O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.5 - Como condição para retirada da Nota de Empenho e/ou celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

11.6 - Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da Nota de Empenho de Despesa, quando esta substituir o instrumento contratual, nas hipóteses previstas na lei.

11.7 - Caso a licitante vencedora não compareça para assinatura do instrumento contratual, ou a recusa injustificada em retirar a nota de empenho, até 05 (cinco) dias úteis após sua convocação estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo das multas estabelecidas neste edital, no contrato e das demais cominações legais.

12 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

12.1.1 - Elemento de despesa: 33.90.30.08 e 33.90.32.00;

12.1.2 - Fonte de recurso: 1600 – SUS;

12.2 - Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

12.2.1 - Hospital Municipal Raul Sertão – 30001.10.302.0085.2.202;

12.2.2 - Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.10.302.0085.2.203;

12.2.3 - Subsecretaria de Atenção Básica – 30001.10.301.0083.2.193;

12.3 - As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

13 LIQUIDAÇÃO

13.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas no Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019.

14 PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto n.º 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

14.1.1 - Negativa de Débitos Trabalhistas;

14.1.2 - Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

14.1.3 - FGTS;

14.1.4 - PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

14.1.5 - Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

14.1.6 - Estadual CND – referente ao ICMS;

14.2 - A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

14.3 - Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

15 - CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15.2 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Mat.: 063.454

DNA MED BRASIL LTDA
CNPJ. Nº 41.665.545/0001-02
FRANCIVANIA HONORIO DE SOUZA
CPF 293.559.268-98